



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000292492

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1002162-40.2024.8.26.0638, da Comarca de Tupi Paulista, em que é apelante HDI SEGUROS S.A., é apelado ELEKTRO REDES S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MONTE SERRAT (Presidente sem voto), MARIA LÚCIA PIZZOTTI E MARCOS GOZZO.

São Paulo, 26 de março de 2025.

CARLOS RUSSO
Relator(a)
Assinatura Eletrônica

APELAÇÃO Nº 1002162-40.2024.8.26.0638

COMARCA DE TUPI PAULISTA - 1ª VARA

APELANTE: HDI SEGUROS DO BRASIL S/A (autora)

APELADA: ELEKTRO REDES S/A (ré)

SENTENÇA: JUIZ DE DIREITO LEONARDO PEREIRA GONÇALVES

EMENTA:

RESPONSABILIDADE CIVIL. Avarias em equipamentos eletroeletrônicos. Prejuízos, que se atribui provocados por oscilação na corrente elétrica. Cobertura de seguro de danos honrada pela autora. Sub-rogação de direitos. Abordagem reparatória contra operadora de serviços de energia elétrica. Juízo de improcedência. Apelo da autora. Desprovimento.

VOTO Nº 53.504

RELATÓRIO

Abordagem reparatória encaminhada por companhia seguradora, sub-rogada em direitos de consumidores, com a notícia de que equipamentos eletroeletrônicos teriam sido avariados em sinistro, afetando rede elétrica, juízo de improcedência (fls. 253/262), apelo da autora, batendo-se pela inversão de resultado.

Resposta recursal, a fls. 292/316.

FUNDAMENTAÇÃO

Sopesando circunstâncias, que informam demandas reparatórias ajuizadas por companhias seguradoras, sub-rogadas em direitos de consumidores, a compor reembolso de prejuízo relacionado ao mau funcionamento de serviços de energia elétrica, com oscilações de

tensão, a afetar equipamentos eletroeletrônicos, eventual dever reparatório não é possível convalidar a partir de adminículo exclusivamente unilateral (orçamento, relatório, parecer técnico), sem permitir à fornecedora (operadora de serviços de energia elétrica) mínimo contraste, preliminar, no âmbito de pedido administrativo, para o que há disciplina própria (Resolução ANEEL nº 414/2.010), mesmo na esfera jurisdicional, em etapa de provas, e, nesse passo, tratando-se de requisito constitutivo do direito de agir, ao autor incumbe a prova do dano e do respectivo nexa causal, aqui vinculado à atividade de empresa, fornecedora, até para atestar-lhe ônus objetivo, à luz da teoria do risco.

Nesse contexto (requisitos a integrar o interesse de agir), a prova não cabe deslocar à ré, fornecedora, apenas exigível para confortar tese excludente, fundada no §3º, I e II, do artigo 14, da Lei nº 8.078/90, ainda a teor do artigo 373, II, do Código de Processo Civil.

E, ao adequado esclarecimento de direitos e obrigações, à autora incumbia preservar equipamentos avariados, afinal, no respectivo plano jurídico (cobertura honrada, nos limites de contrato de seguro), tratando-se de “salvados”, com sub-rogação de direitos, assim concorrem para legitimar abordagem de regresso (artigo 786, do Código Civil), e, noutra perspectiva, a cumprir conduta de boa-fé, assegurando o pleno exercício do direito de defesa, àquele a quem se imputa o dever reparatório.

Nada disso se observa no caso concreto, do que, documentos trazidos pela autora (orçamentos, laudos técnicos), sem o crivo do contraditório, em instrução regular, sobretudo com o concurso de perito nomeado pelo juízo, respeitosamente, não têm valor probatório.

DISPOSITIVO

Do exposto, pelo meu voto, **nego provimento recurso.**

CARLOS RUSSO
Relator